

ATA N.º 26/2015**Data da reunião ordinária: 21-12-2015****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 18:30 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 18-12-2015****Operações Orçamentais: 388.397,65****Operações não Orçamentais: 235.867,43**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Presente a seguinte informação das atividades do Exmo. Presidente e Executivo no período de 8 a 21 de dezembro:

«No âmbito da iniciativa *Natal na Cidade*, no dia **08 de dezembro de 2015**, na Rua Luís Falcão de Sommer, interior e exterior do Centro Cultural, decorreu a *Mostra de Artesanato* e a *Oficina de Molduras de Natal*. A CME disponibilizou igualmente *Serviço de Babysitting* no centro Cultural, realizando ateliers diversos, jogos tradicionais e insuflável.

No dia **09 de dezembro de 2015**, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** esteve presente na reunião da *Comissão Municipal da Proteção Civil*.

Igualmente nessa noite, decorreu mais uma edição da iniciativa *Night Runner’s - a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, com parceria com o CLAC.

Na sequência do Convite formulado pela *Associação Nacional de Municípios Portugueses* e o *Instituto da Mobilidade e Transportes*, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** e o **Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa**, estiveram presentes, no **dia 10 de dezembro de 2015**, na reunião sobre o conteúdo do novo *Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros e organização das autarquias como autoridades de transportes*, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Évora.

Nessa tarde, recebi, no meu Gabinete, o novo Diretor da EDP – Distribuição, S.A. – Eng.º Nuno Cardoso.

Ainda nessa tarde, presidi, ao *Conselho Municipal de Educação*, realizado na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, conjuntamente com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, tendo sido abordados os principais assuntos: *Eco-Escolas; atribuição das Bolsas de Estudo; Programa Escolhas; Plano Anual de Atividades para o 2.º Trimestre do ano letivo 2015/2016; Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação Médio Tejo; Contrato Local de Desenvolvimento Social no Município do Entroncamento; Projeto Crescer na Cidade e Projeto de Expressão Físico Motora nos Jardins de Infância*.

Igualmente nessa noite, o **Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa**, em minha representação, esteve presente na *Sessão Solene de Abertura das Comemorações do Bicentenário do Concelho do Cartaxo*, realizado no Centro Cultural da Cidade.

Na manhã do dia 11 de dezembro de 2015, em face da Convocatória recebida da CIMT, **estive presente** na **12.ª reunião do Conselho Intermunicipal** nas instalações da Assembleia Municipal da Câmara Municipal da Sertã. Finda a mesma, realizou-se o *tradicional Almoço de Natal*.

Na sequência da Convocatória recebida da *Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo*, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, esteve presente na *reunião da Assembleia Geral*, **nessa mesma tarde**, nas instalações do Eco-Parque do Relvão – Carregueira.

Ainda nessa noite, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, assistiu à *Noite de Fados*, promovida pelo *Lar dos Ferroviários*.

No sábado, dia 12 de dezembro de 2015, no âmbito da iniciativa *Natal na Cidade*, na Rua Luís Falcão de Sommer, interior e exterior do Centro Cultural, em parceria com a *ACIS; Incentiv art, Cakes Academia +; Maria Bolos; iHappen e Pente Mágico Cabeleireira*, decorreram as seguintes atividades: *Mostra de Artesanato; Insuflável e Montagem de Campo (Agrupamento 542) e o Natal da Pequeneda (Tenda do Faz de Conta; Tenda Troca Tintas; Tenda Doce Magia; Tenda Discoteca Infantil; Tapete Sensorial; Mesa Temática; Capuchinho Vermelho; Emília do Sítio do Pica Pau Amarelo e a presença do Pai Natal)*.

Ainda nessa tarde, decorreu uma *Mega Aula de Zumba Fitness, “Zumba Glow”*, no Pavilhão Desportivo Municipal, com cariz solidário, com o valor das inscrições a reverter a favor da Associação “*Otonos da Vida*”, associação para os cuidados paliativos e dor crónica do Médio Tejo.

Igualmente, no domingo, dia 13 de dezembro de 2015, e no âmbito da iniciativa *Natal na Cidade*, decorreram as iniciativas: *Insuflável; Ateliê Bonequinhos de Neve; Mostra de Artesanato e Natal da Pequeneda*.

Ainda nessa tarde, face ao Convite formulado pela *Câmara Municipal de Torres Novas*, **estive presente** na *Cerimónia de Atribuição de Galardões Honoríficos*, no âmbito dos 30 anos de elevação de Torres Novas a Cidade, no Teatro Virgínia.

Na sequência do convite recebido da *AAPI - Associação Ação para a Internacionalização em parceria com a AICP – Associação de Industriais do Concelho de Pombal*, assisti à Conferência "*Internacionalização Regional e Desenvolvimento Económico Empresarial*", no auditório do Mercado de Sant'Ana, em Leiria, no dia **14 de dezembro de 2015**.

Na sequência da Convocatória recebida do *Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento*, **estive presente**, em conjunto com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** e o **Chefe de Gabinete**, no *Conselho Geral* realizado nessa noite, na sala de reuniões da Escola Sede.

Na tarde do dia **15 de dezembro de 2015**, **assisti**, em conjunto com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, à *Festa de Natal do Programa Reviver*, na Sala da Cultura do Pavilhão Desportivo Municipal, contando com a participação dos idosos de várias instituições e finalizando com um Lanche Convívio.

No dia **16 de dezembro de 2015**, na sequência do Convite endereçado pela *Associação Encoprof*, **estive presente**, conjuntamente com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, no *Almoço de Natal da Universidade Sénior*, no Salão da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, seguido de uma pequena atuação dos alunos da USE.

Ainda nesse dia, o **Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa**, acompanhou a Comitiva designada para a visita aos *Presépios e Coroas de Natal*, a concurso na nossa Cidade.

Igualmente nessa noite, a convite do Comandante do Regimento de Manutenção, **estive presente**, em conjunto com o **Vereador Dr. Carlos Amaro** e o **Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa**, no *Jantar de Natal*, realizado no Quartel.

Ainda nessa noite, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, aceitou o convite do *Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento*, e assistiu à *Cerimónia de*

Entrega de Prémios de Mérito – Valor e Excelência, realizada no Pavilhão Desportivo Municipal.

Igualmente nessa noite, decorreu mais uma iniciativa *Night Runner's – a correr ou a caminhar – Especial Natal*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria com o CLAC.

À semelhança de anos transatos, o Município juntou-se ao *tradicional Desfile de Pais Natal* promovido pelo *Motoclube “Os Fenómenos do Entroncamento”*, realizado no dia **17 de dezembro de 2015**. Logo de manhã, ***estive presente*** na concentração em frente à Câmara Municipal. O ***Vereador Dr. Carlos Amaro*** e a ***Vereadora Dr.ª Tília Nunes***, acompanharam a distribuição de lembranças aos alunos das escolas públicas e privadas do Concelho.

O dia **17 de dezembro de 2015**, foi repleto de Festa de Natal dos vários estabelecimentos escolares do nosso Concelho. Ocorreu a *Festa de Natal do Jardim Escola João de Deus* (Pavilhão Desportivo Municipal); *Festa de Natal da Associação de Pais Escola Básica António Gedeão*, o *Lanche-convívio da Escola Básica da Zona Verde* e a *Festa de Natal da Escola Básica do Bonito* (Pavilhão Desportivo Municipal).

Nesse mesmo dia, o *Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa*, em minha representação, e a convite da *Comissão de Trabalhadores CP Comboios de Portugal EPE* e da *EMEF Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.*, assistiu ao Fórum Ferroviário "*CP e EMEF: Regresso ao Futuro*", no Salão do Clube Ferroviário na Rua de Santa Apolónia, em Lisboa.

Ainda nessa noite, a convite do *Centro de Línguas do Entroncamento*, a ***Vereadora Dr.ª Tília Nunes***, assistiu à *Cerimónia de Entrega dos Diplomas do Quadro de Excelência 2014/2015* e aos *tradicionais “Christmas Carols”*.

Na manhã do dia 18 de dezembro de 2015, acompanhei, em conjunto com a ***Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim***, o ***Vereador Dr. Carlos Amaro*** e o *Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa*, a Comitiva que se deslocou à Assembleia da República, estando em análise e votação a reposição das concessões ferroviárias.

Nessa mesma tarde, realizou-se, no Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento, o *tradicional lanche-convívio* e distribuição de Cabazes de Natal e Brinquedos de Natal aos funcionários da CME.

No sábado, dia 19 de dezembro, inserido na iniciativa Natal na Cidade, na Praça Salgueiro Maia e Centro Cultural, ocorreram as seguintes atividades: *Mostra de Artesanato; Insuflável; Ateliê Infantil Construção de Globos de Neve; Oficina Criativa “Construção de Enfeites de Natal”* (Sala do Centro Cultural) e *Atividades (Jogos e Treinos) com cães* (Magia Lusa).

Ainda nessa tarde, a convite da *Resitejo*, a ***Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim***, acompanhada do ***Vereador Dr. Carlos Amaro***, esteve presente no *tradicional Almoço de Natal*, realizado no Salão de Festas da Quinta Nova – Comeiras de Baixo, concelho de Santarém.

Igualmente nessa tarde, a secção de Patinagem Artística da Casa do Benfica do Entroncamento, realizou no Pavilhão Desportivo Municipal, o ***1.º Festival de Natal***. Estive presente na distribuição de lembranças aos clubes participantes.

Decorreu, nessa noite, o *Espectáculo de Natal “A Anunciação – O Início de uma Era”*, na igreja de Nossa Senhora de Fátima, organizado pela CHAMUSC'ARTE, com um elenco de Atores do Grupo Dramático Musical - JNP, de Chamusca, da secção de teatro do REFEIC, de Carregueira, acompanhados musicalmente pelo coro polifónico da Associação Cultural Cantar Nosso, de Golegã.

No domingo, dia 20 de dezembro de 2015, no âmbito da iniciativa *Natal na Cidade*, na Rua Luís Falcão de Sommer, interior e exterior do Centro Cultural, decorreram as seguintes atividades: *Ateliê Infantil Pinheirinho de Natal*; *Mostra de Artesanato e Atividades (Jogos e Treinos) com cães* (Magia Lusa). A CME disponibilizou o *Serviço de Serviço de Babysitting* no Centro Cultural, onde se realizaram ateliers diversos, jogos tradicionais e insuflável.

No dia 21 de dezembro de 2015, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, acompanhou a distribuição dos *Cabazes de Natal Solidários*, nos Serviços Sociais do Município, a famílias carenciadas.»

b) Partilhou acerca de uma reunião com a Diretora do Agrupamento de Escolas para escolha de um patrono da Escola Secundária do Entroncamento, ao qual foram sugeridos os seguintes nomes: Escola Secundária do Entroncamento, D. José de Salamanca, D. Luís, Cottinelli Telmo e Fontes Pereira de Melo. Se os Srs. Vereadores quiserem contribuir com alguma sugestão, depois colocar-se-á à votação e será escolhido o nome mais votado.

2 – VEREADORA SRA. ISILDA AGUINCHA

Acerca das atividades desenvolvidas pelo Executivo, solicitou informação do que está previsto para o nosso Concelho, no âmbito do Plano Anual de Atividades para o 2.º trimestre do ano letivo 2015/2016 do Conselho Municipal de Educação.

A Sr.^a Vereadora Tília Nunes, referiu que vai enviar e-mail com o plano do 2.º trimestre para todos os Vereadores.

As atividades estão mais relacionadas com o Dia de Reis, o Carnaval e o Dia da Árvore, também ao nível do desporto estão várias atividades agendadas.

3 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

a) Colocou uma questão sobre o Fundo de Apoio Municipal, que se trata de uma Lei imposta pelo anterior Governo e que não tem sido posto à disposição dos municípios. Entende que deveriam ser tomadas medidas e exigir ao novo Governo que esta situação fosse revista.

Questionou quanto é que o nosso município contribuiu em 2015, para este Fundo de Apoio Municipal.

b) Sobre o direito de passagem dos cabos de telecomunicações, que recentemente saiu uma lei e que alterou acerca da faturação que era cobrada aos munícipes, espera que a Câmara esteja a acautelar este direito.

c) Relativamente à sua ausência no passado dia 18, na distribuição dos cabazes aos funcionários que apesar de se ter comprometido, não pode estar presente, aos quais aproveita para desejar um Bom Natal e um Ano Novo cheio de esperança e de luta pelos seus direitos, bem como, aos colegas de bancada e ao Sr. Presidente. Não esteve presente, porque nesse mesmo dia, foram discutidos na AR, três projetos de resolução que tinham a ver com a retirada das concessões aos trabalhadores ferroviários, pelo PSD/CDS-PP.

Após a sua presença na AR teve um trabalho a desenvolver, para uma reunião, que está hoje a decorrer, com o Conselho de Gerência para debater estes assuntos.

Referiu também que no dia 17, tomou posse a Comissão Central dos Reformados Ferroviários no Entroncamento.

Recebeu um telefonema, do Chefe de Gabinete do Sr. Presidente, a informar que a Câmara ia colocar um autocarro, à disposição dos ferroviários e suas famílias, para marcarem presença em S. Bento, com o qual se congratulou, não utilizaram este transporte porque já tinha tudo organizado para irem de comboio, pediu lhe informasse qual a capacidade do autocarro na eventualidade de algumas pessoas preferirem ir de autocarro.

A Câmara sempre se debateu para que esta situação se concretizasse, mas não teria sido possível senão tivesse havido no nosso concelho e noutros, por todo o país uma grande revolta das populações e particularmente dos ferroviários e ferroviários reformados, por esta injustiça que tinham conquistado e que beneficiavam há uma centena de anos.

Gostaria de saber se esta informação lhe foi feita como Vereador ou como membro da Comissão Central de Reformados. Se foi feita como Vereador, e se todos os Vereadores receberam este convite.

Os ferroviários, têm sabido que a Câmara, independentemente das forças políticas que representa, todos aqui afirmaram estar com os ferroviários, tal como a Sr.^a Vereadora Isilda Aguincha, aqui afirmou mais do que uma vez que, efetivamente, esta injustiça deveria ser repostada e como Deputada, também disse que sempre se debateu, e o que é verdade, é que não tivemos o prazer da sua companhia e a Sr.^a Vereadora não teve o prazer de ver, a vergonhosa posição que os seus colegas de bancada, mais uma vez tomaram, no local próprio da AR. Era bom que tivesse tido a oportunidade de ver inclusivamente, que os ferroviários não se esquecem das ações aqui tomadas antes das eleições autárquicas com reuniões à última da hora, com a comunicação social e com manifestos assinados por 3 ou 4 Deputados da bancada do PSD. E se alguns subscreveram esses documentos e foram esses mesmos que também votaram contra na AR.

No uso da palavra, a Sr.^a VEREADORA ISILDA AGUINCHA, fez a seguinte intervenção:

«Na sequência da intervenção do Vereador David Ribeiro, não fui convidada para acompanhar a comitiva à AR e refiro que estes Projetos de Resolução por si só não resolvem o problema.

Acompanhei o processo, nomeadamente através do deputado Duarte Marques, que conjuntamente com os deputados Nuno Serra e Teresa Leal Coelho cumpriram a disciplina de voto do Grupo Parlamentar tendo subscrito declaração de voto sobre a matéria.

De qualquer modo, com a lei do OE 2015, termina a 31 de dezembro o condicionamento às concessões aos trabalhadores ferroviários, reformados e famílias, não impondo os Projetos de Resolução a solução do problema. O OE para 2016 deve ser devidamente acompanhado de modo a que este assunto seja resolvido.

Não deixo de registar aquela que foi a minha última declaração de voto sobre esta matéria, enquanto deputada, em 22 de julho de 2015:

“Acompanhando o sentido de voto do PSD na votação deste Projeto de Resolução, por razões de disciplina partidária, manifesto, no entanto, desacordo expresso nesta declaração de voto.

Portugal e os portugueses têm vindo a viver tempos particularmente difíceis, por força do Memorando de Entendimento, que cumprimos com reconhecido sucesso, e das dificuldades e instabilidade que se tem vivido na europa. Fomos chamados a cumprir difíceis reformas para cumprir as obrigações internacionais e, ao mesmo tempo, racionalizar e adequar o Estado à dimensão das nossas possibilidades, para que não voltemos a cair na dependência externa a que o Partido Socialista nos levou por três vezes em 40 anos de democracia.

Os trabalhadores ferroviários, porque são trabalhadores de empresas do setor público empresarial, têm sido chamados a contribuir para o esforço nacional como todos os outros trabalhadores do setor público, tal como os reformados e pensionistas do setor estão a contribuir para esse mesmo esforço.

A utilização do transporte ferroviário sem custos por trabalhadores ferroviários, reformados e respetivas famílias, tal como as concessões aos mesmos, constitui uma prática com mais de um século, parte das suas remunerações.

A Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento para 2013 – veio impor, com algumas exceções, o impedimento à utilização gratuita de transportes públicos para 2013, o que se manteve para os anos seguintes.

Decisões subseqüentes retiraram as concessões aos ferroviários e reformados das empresas do setor, para além do disposto na referida Lei, impedindo-os de circular, de acordo com o método convencionado para cada um, a si e às suas famílias, no meio de transporte que ajudaram a criar, forma de recompensa encontrada pela então empresa, hoje empresas, em virtude dos baixos salários praticados.

No Entroncamento, cidade ferroviária, centenas de ferroviários e familiares encontram-se neste grupo de cidadãos que viram os seus direitos extintos, pese embora constassem dos acordos de empresa e dos acordos estabelecidos por cessação de contratos ou passagem à reforma.

O Governo tem providenciado diversas iniciativas para a salvaguarda dos mais desfavorecidos, não sendo possível ignorar que estes trabalhadores e antigos trabalhadores, e famílias, estão a ser obrigados a um esforço acrescido, face aos demais cidadãos.

Não sendo mensurável o ganho para o estado da aplicação das disposições em sede legislativa e medidas subseqüentes ao setor ferroviário, é notório o impacto emocional e o sentimento de perda da família ferroviária - o estado foi durante mais de um século o garante das concessões, sendo salvaguarda de direitos e deveres e cumprindo o seu compromisso social para com estes cidadãos que já participam do esforço de todos, pelo que do estado é esperado que não se aplique uma dupla penalização à família ferroviária.”»

O Exmo. Presidente, esclareceu o seguinte às questões colocadas:

Quanto ao direito de passagem por cabos de telecomunicações, a Câmara tem um processo a decorrer com a PT, de modo que as infraestruturas que não sejam da responsabilidade da PT, instaladas no nosso concelho, sejam consideradas infraestruturas municipais, porque a PT cobra direitos de aluguer desses espaços às outras concorrentes.

Relativamente ao Fundo de Apoio Municipal que foi imposto ao município pagar uma quantia 496.356€ durante 7 anos, com 2 prestações semestrais de 35.454€. No ano de 2015 foram pagos 70.908€. ANMP está a reavaliar este processo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 07 de dezembro de 2015, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

14753/15 – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – MOÇÃO – REFORÇO DE MEIOS NO HOSPITAL DE ABRANTES, TOMAR E TORRES NOVAS

- Ofício n.º 1637/2015, de 10 de dezembro, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a remeter a Moção apresentada pela CDU, e aprovada na sua sessão de 3 dezembro corrente, e que se transcreve:

«Moção

Reforço de Meios no Hospital de Abrantes, Tomar e Torres Novas

A falta de meios adequados no Centro Hospitalar do Médio Tejo (CIMT) tem aumentado o sofrimento nos utentes – nomeadamente com os factos: 1.º de encontrarem recorrentemente as urgências sobrelotadas; 2.º de se encontrarem várias horas à espera de atendimento; 3.º com a falta de internamento em situações; 4.º com a atribuição de altas precoces, que conduzem, frequentemente, a reinternamentos com consequências diretas e indiretas para os doentes, familiares, e para o próprio CHMT. Muitos dos utentes afirmaram a sua indignação através do abaixo-assinado promovido pela Comissão de Utentes da Saúde do Médio Tejo. Que recolheu mais de 20.000 assinaturas, exigindo o reforço das Urgências e a existência de Medicina Interna nos três hospitais do CHMT.

Considerando que:

- É urgente o reforço dos meios médicos e enfermeiros (entre outros) para garantir a qualidade e segurança do serviço;
- Todas as categorias de profissionais de Saúde consideram fundamental a existência de medicina Interna, cirurgia geral e pediatria nos três hospitais, sem descorar as restantes valências atribuídas pelo CHMT dando especial atenção à necessidade de maternidade na região norte do distrito;
- Sem reforço dos cuidados de saúde de proximidade e sua articulação, nos diversos níveis de prestação de cuidados, são os hospitais o último recurso das populações com o conseqüente “stress” nos serviços hospitalares;

A Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, reunida a 03 de dezembro de 2015, interpretando o sentimento geral da população, exige ao Conselho de Administração do CHMT:

1. A melhoria dos Serviços de urgência e especialidades nas 3 unidades hospitalares dotando as mesmas de meios humanos e materiais necessários à oferta de um serviço público de qualidade;
2. A existência de Medicina Interna, Cirurgia Geral e pediatria nas 3 unidades;
3. Promover a articulação do CHMT com os cuidados de Saúde Primários e Continuados.

Enviar para todas as Câmaras, Ministério da Saúde, Grupos Parlamentares da Assembleia da República (AR); Comissão de Saúde da AR.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 2

14829/15 – PROPOSTA – CONCESSÕES AOS TRABALHADORES FERROVIÁRIOS – VOTO DE CONGRATULAÇÃO

- Do Exmo. Presidente, foi presente a seguinte proposta relativa ao voto de congratulação das Concessões aos Trabalhadores Ferroviários:

«O executivo da Câmara Municipal do Entroncamento congratula-se com a iniciativa das forças parlamentares de suporte ao governo do Partido Socialista no sentido de restituir as concessões aos trabalhadores ferroviários.

Os três Projetos de Resolução apresentados na Assembleia da República pelo PS, pelo BE e pela CDU, vêm reforçar a posição desta autarquia assim como consubstanciar todas as posições públicas e negociais tomadas quer pelo atual Executivo Municipal, quer pelos movimentos de cidadãos, com vista à resolução de um problema que tem particular relevo na nossa comunidade.

Proponho que se aprove este voto, se dê a devida publicidade e se envie para conhecimento dos grupos parlamentares.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar esta proposta com a seguinte alteração "... com a iniciativa dos Partidos que dão suporte ao governo do Partido Socialista...".

- O Vereador Sr. Carlos Matias e a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha fizeram as seguintes intervenções que se encontram no anexo (2.1) da presente ata.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

14805/15 – PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS – ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação sobre a valorização de infraestruturas:

«O fornecimento de água ao concelho e o tratamento de efluentes foram contratualizados entre o Município do Entroncamento e as Águas do Centro SA (com a publicação do decreto-lei 94/2015 foi extinguida e criada as Águas de Lisboa e Vale do Tejo), em 27 de outubro de 2009.

Uma das cláusulas destes contratos implicava o arrendamento de determinadas infraestruturas em "alta" que são propriedade do Município.

As cláusulas acima referidas têm a seguinte redação:

Contrato de Abastecimento de Água

Cláusula 8ª

1. Nos termos do número 1 da cláusula 10ª do contrato de concessão, o Município arrendará à Sociedade as infra-estruturas referidas no Anexo 3 ao presente contrato.

2. A transmissão da exploração, para a Sociedade, das infra-estruturas referidas no número anterior, terá lugar até 30 dias após a assinatura do Acordo de Cessão da Posição Contratual, pelo qual a Câmara Municipal do Entroncamento cede à Sociedade a sua posição no contrato de fornecimento celebrado com a EPAL.

As infraestruturas em causa são:

- Reservatório Apoiado do Casal do Grilo
- Reservatório Elevado das Vaginhas
- Reservatório Elevado do Alto da Sobreira
- Furo AC-5
- Furo AC-6

Contrato de Recolha de Efluentes

Cláusula 9ª

1. Nos termos do número 1 da cláusula 10ª do contrato de concessão, o Município arrendará à Sociedade as infra-estruturas a integrar referidas no Anexo 3 ao presente contrato.

2. A transmissão da exploração, para a Sociedade, das infra-estruturas referidas no número anterior, terá lugar até 30 dias após a assinatura do Acordo de Cessão da Posição Contratual, pelo qual a Câmara Municipal do Entroncamento cede à Sociedade a sua posição no contrato de fornecimento celebrado com a EPAL.

As infraestruturas em causa são:

- Estação Elevatória do Centro de Convívio
- Estação Elevatória “Existente”
- ETAR “Zona Industrial”
- ETAR Entroncamento

Apesar das infraestruturas acima referidas estarem desde 2009 sobre a responsabilidade das Águas do Centro SA (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo), ficou por definir a “compensação” financeira do município em relação a este arrendamento.

O valor que o município teria direito fruto deste arrendamento seria determinado através de uma valorização destas infraestruturas, a ser efetuado pela entidade concessionária.

Este valor era calculado com base nos critérios estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro, ou seja, ao valor da despesa inicial é calculada a sua depreciação pelo tempo de funcionamento da infraestrutura e posteriormente é aplicado o coeficiente de atualização da inflação acumulada desde a data de entrada em funcionamento até ao ano de aquisição (2009).

Fruto desta avaliação a concessionária apresentou uma primeira proposta em 28/06/2013 (anexo 1) que atribuía a estas infraestruturas um valor global de **529.443,36 €** sendo 135.471,52 € em relação ao abastecimento de água e 393.971,84 € referente ao saneamento.

Esta avaliação foi rejeitada pelo atual executivo e foram iniciadas negociações de modo a chegar a um justo valor.

O processo de negociação não foi fácil, devido à inflexibilidade das Águas do Centro SA (AdC) em rever os valores e respetiva fórmula de cálculo, e levou os serviços a fazer um estudo mais pormenorizado de modo a chegar a um valor justo seguindo a metodologia imposta pelas AdC, tendo apresentado o resultado dessa análise a 05/05/2015.

A proposta final do município propunha uma avaliação global de **1.060.338,52 €** sendo 394.064,90 € referente ao abastecimento de água e 666.273,62 € referente ao saneamento.

Com a criação das Águas de Lisboa e Vale do Tejo (e conseqüente extinção das AdC) estas negociações ficaram num impasse e só meses depois foram novamente iniciadas.

O resultado final das negociações reflete-se no documento que consta no anexo 3, no qual é atribuído uma avaliação final global de **901.232,35 €** sendo 294.162,71 € referente ao abastecimento de água e 607.069,64 € referente ao saneamento.

Apesar de não coincidir com a nossa última proposta, considera-se que os interesses do Município ficaram salvaguardados, obtendo uma valorização adicional de **371.788,99 €** face aos valores apresentados inicialmente.

Fica ainda em aberto a possibilidade do município fazer antecipação das rendas para liquidar a totalidade da dívida com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo e subscrever ações desta entidade. Estas situações irão ter desenvolvimentos no início de 2016.

Tendo em conta o enquadramento acima referido, caso a câmara aprove o valor final de 901.232,35 € o processo terá de ser enviado à Assembleia Municipal para autorização nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Em complemento à informação acima referida informa-se de seguida o ponto de situação de diversos processos que têm vindo a ser negociados com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ALVT):

Crítérios de Faturação de Efluentes

Em reunião no início de dezembro foi fechado o acordo em que as ALVT aceitam a argumentação do município em relação à faturação pelos valores efetivamente medidos.

Este acordo implica que as ALVT aceitem as faturas emitidas pelo município no valor total de 433.014,24 € (referente à faturação desde abril de 2013 até fevereiro de 2015) e que façam a emissão de notas de crédito, no valor de 109.932,72 €, para anulação da diferença entre o medido e os mínimos referentes à faturação de março a junho de 2015.

No total a anulação do saneamento cobrado a mais totaliza **542.946,96 €**, deste valor 433.014,24 € foram abatidos à dívida quando o município emitiu as faturas e fez os respetivos encontros de contas, havendo agora o reconhecimento deste movimento pelas ALVT e os restantes 109.932,72 € irão abater na dívida quando as notas de crédito foram contabilizadas, o que irá ocorrer até final de 2015.

A efetivação deste acordo será feita em reunião do concelho de administração no próximo dia 19/12.

Serão igualmente emitidas notas de crédito para juros de mora referentes às faturas acima indicadas. Estes juros totalizam **22.139,23 €**.

Custos com Eletricidade

O município tem vindo a suportar os custos com a eletricidade com várias instalações que passaram para a responsabilidade das ALVT. As instalações em causa são:

- Furo AC5 e AC6
- Reservatório do Casal do Grilo
- ETAR Entroncamento
- ETAR Centro de Convívio

Destas instalações apenas as 2 últimas ainda continuam a fazer parte dos nossos contratos de energia, uma vez que a alteração de titularidade é mais complexa de resolver devido à ligação de várias instalações ao mesmo ponto de energia.

Para as 2 primeiras o município conseguiu um acordo no valor de 40.410,40 € e em relação às 2 últimas foi fechado pelo valor de 88.245,54 €, ou seja, no total o município recuperou **128.655,94 €** de energia paga.

Em relação às 2 últimas, mensalmente é faturado às ALVT uma percentagem da faturação previamente acorda (**ETAR – 100% ETAR Centro de Convívio-36,36%**), ou seja, mensalmente a faturação situa-se na ordem dos 5 m€.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar a valorização das infraestruturas no valor de 901.232,35 € e enviar o processo à Assembleia Municipal para autorização nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

- O Vereador Sr. Carlos Matias, fez a seguinte intervenção que se encontra no anexo (3.1) da presente ata.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura, o Exmo. Presidente propôs que se fizesse um intervalo de cinco minutos que após foi reiniciada a reunião.

PONTO 4

6111/15 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS E ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS NÃO URBANÍSTICAS

- Na sequência da deliberação de 19 de maio de 2015, foi presente do Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Gilberto Martinho, uma proposta de alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças não Urbanísticas, bem como à Tabela de Taxas não Urbanísticas.

O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte proposta:

«No sentido de estimular o desenvolvimento da atividade comercial, nomeadamente o pequeno comércio, proponho que:

No artigo 10.º (Secção II – Publicidade) seja de 8,14€ por milhar ou fração/dia a taxa de distribuição de impressos publicitários na via pública, adotando-se para tal o adequado coeficiente de incentivo/desincentivo.»

- A Câmara, após aceitar esta proposta, deliberou por unanimidade, aprová-la.
- Mais deliberou, aprovar as alterações ao Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças não Urbanísticas, bem como a Tabela de Taxas não Urbanísticas, de acordo com a proposta agora aprovada e enviar à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto nas alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9.
- O Vereador Sr. Carlos Matias, fez a seguinte intervenção que se encontra no anexo (4.1) da presente ata.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5

6731/15 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CONDECORAÇÕES DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

- Na sequência da deliberação de 2 de junho de 2015, foi presente a alteração ao Regulamento de Condecorações do Município do Entroncamento.
- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento de Condecorações do Município do Entroncamento, de acordo com as sugestões da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

14787/15 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE APOIOS A ENTIDADES E ORGANISMOS

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a alteração ao Regulamento para Concessão de Apoios a Entidades e Organismos.
- A Câmara, de acordo com a proposta apresentada pelo Vereador Sr. Carlos Matias e após a discussão de alguns pontos, deliberou por unanimidade, aprovar as alterações propostas ao Regulamento para Concessão de Apoios a Entidades e Organismos, devendo ainda ser discutido com as associações, para recolha de contributos e ser presente de novo à Câmara, para aprovação final.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7

14806/15 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS COLETIVIDADES – ANO DE 2016

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação relativa à atribuição de apoios às coletividades para o ano de 2016:

«Tendo em conta o art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, cabe à câmara municipal deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas.

Sendo assim, caso haja intenção, deverá de haver uma deliberação com as entidades a apoiar, qual o seu valor e periodicidade.

Em 2015 foram atribuídos os seguintes apoios:

Entidade	Apoio Mensal	Apoio Anual	Total Anual
Assoc. Hum. dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento	2.250,00		27.000,00
Associação Escoteiros de Portugal-Grupo 84	220,00		2.640,00
Associação Filarmónica e Cultural	400,00		4.800,00
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	65,00		780,00
Casa do Benfica	475,00		5.700,00
Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE)	715,00		8.580,00
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	1.350,00		16.200,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	1.350,00		16.200,00
Companhia de Teatro Poucaterra	400,00		4.800,00
Conferência de S. Vicente Paulo da Paroquia de N. Sr. Fátima	475,00		5.700,00
Corpo Nacional de Escutas- Agrup.(542)	220,00		2.640,00
ENCOPROF	310,00		3.720,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Famílias Carênciadas)	475,00		5.700,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Renda instalações)	235,00		2.820,00
Grupo Recreativo 1º de Outubro 1911	285,00		3.420,00
Núcleo Sportinguista	90,00		1.080,00
Orfeão do Entroncamento	220,00		2.640,00
União Futebol do Entroncamento	1.535,00		18.420,00
Clube Amadores de Pesca do Entroncamento		1.125,00	1.125,00
Conferência S. João Batista - Paroquia da Sagrada Família		570,00	570,00
Liga dos Combatentes- núcleo regional Entroncamento		540,00	540,00
TOTAL	11.070,00	2.235,00	135.075,00

Na atribuição deste tipo de apoios deveremos ter em atenção que uma das medidas de redução de despesa, inserida no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), foi a redução faseada de 5 % ao ano (nos primeiros 5 anos) das transferências para instituições sem fins lucrativos.

A redução incide sobre a verba atribuída em cada ano e tem aplicação nos primeiros 5 anos do Plano de Ajustamento Financeiro.

Neste sentido as verbas a atribuir deverão ter como limitação o ano económico.

Segue abaixo quadro resumo dos objetivos de redução para 2016.

Objetivos PAEL	Valor
Total de apoios concedidos em 2015	135.075,00
Objetivo de redução para 2016	6.753,75
	5,00%
Valor limite de apoios para 2016	128.321,25

Tendo como referência o valor acima propõe-se a atribuição dos seguintes apoios:

ENTIDADE	APOIO			
	MENSAL	SEMESTRAL	ANUAL	TOTAL ANO
Assoc. Hum. dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento	2.250,00			27.000,00
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	1.282,50			15.390,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	1.282,50			15.390,00
Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE)	679,25			8.151,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Famílias Carenciadas)	451,25			5.415,00
ENCOPROF	300,00			3.600,00
Centro Recreativo do Casal do Grilo	250,00			3.000,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Renda instalações)	223,25			2.679,00

Grupo Recreativo 1º de Outubro 1911	200,00			2.400,00
Associação Escoteiros de Portugal-Grupo 84	150,00			1.800,00
Orfeão do Entroncamento	150,00			1.800,00
Academia Cultural e Recreativa Dança Entroncamento	130,00			1.560,00
Companhia de Teatro Poucaterra	100,00			1.200,00
Núcleo de Andebol do Entroncamento		500,00		1.000,00
Outonos da Vida		250,00		500,00
Liga dos Combatentes- núcleo regional Entroncamento			513,00	513,00
TOTAL	7.448,75	750,00	513,00	91.398,00

Apenas constam no quadro da folha anterior as entidades que à data apresentaram todos os documentos exigidos pelo regulamento para concessão de apoio a entidades e organismos (ficha de candidatura, orçamento e plano de atividades).

O apoio às restantes entidades está dependente da apresentação da documentação acima referida e encontra-se condicionada à diferença entre a proposta de apoios a atribuir na presente informação e os limites impostos pelo PAEL. A participação financeira só será tida em conta a partir do mês da deliberação, ou seja, não terá efeitos retroativos.»

- A Câmara, deliberou por maioria, aprovar a atribuição dos apoios às coletividades para 2016.

5 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente; e

2 abstenções dos Vereadores Srs. Isilda Aguincha e Carlos Matias, que fizeram as intervenções que se encontram no anexo (7.1) da presente ata.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8

13810/15 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS DE SAÚDE DO TRABALHO – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.^a Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, referente à contratação de Prestação de Serviços Externos de Saúde do Trabalho.

A SABER:

«I – Enquadramento geral – necessidade de Contratação de Prestação de Serviços Externos de Saúde do Trabalho

Tendo por base a informação constante no registo de MGD 13810/2015, torna-se necessário proceder à contratação de Serviços Externos de Saúde do Trabalho, para um universo de cerca de 320 trabalhadores da Câmara Municipal do Entroncamento. Com a presente contratação pretende-se que o prestador de serviços assegure a vigilância da saúde dos trabalhadores do Município do Entroncamento, de acordo com o estipulado na alínea i) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, que se complementa com os artigos 281.º a 284.º do Capítulo IV (Prevenção e reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais) do Código de Trabalho

II – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo

Face ao exposto e para efeitos da emissão do parecer prévio da câmara para a contratação de Serviços Externos de Saúde do Trabalho cumpre nos instruir o

respetivo processo nos termos do n.º 5 e n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014. (LOE2015), com os seguintes elementos:

a) **Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado** - Atendendo à natureza do objeto do contrato que se pretende celebrar, constata-se que não se trata de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato, revelando se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato. Neste caso em concreto, constata-se que não é possível com os recursos humanos desta autarquia assegurar o serviço saúde no trabalho, nos termos da legislação aplicável, uma vez que são necessários médicos e enfermeiros para a realização do mesmo; pelo que o objeto principal

a contratar será executado com autonomia pelo contratado sem sujeição ou disciplina da entidade contratante

b) **Declaração de confirmação de cabimento orçamental** – O valor estimado do presente contrato para o ano de 2016 é de 8.112€ (isento de iva) valor a cabimentar na rubrica 0102 020222 no orçamento de 2016. Para o cálculo deste valor tivemos como base 320 trabalhadores e um valor por trabalhador de 25,35€.

c) **Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato** – Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa, irá ser adotado o procedimento por Ajuste Direto em conformidade com a a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, visto que o contrato a celebrar não ultrapassa os 75.000€; para o qual será convidado a apresentar proposta a seguinte entidade:

- Ecosaúde, S.A a qual se verificou a inexistência dos impeditivos previstos nos n.ºs 2 e 5 do art.º 113.º do CCP.

De salientar que esta é a única entidade do concelho habilitada pela Direcção-Geral da Saúde a prestar serviço externo de saúde do trabalho.

d) **Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória** – De acordo com o previsto na alínea e) do art.º 3 da Portaria 16/2013 de 17 janeiro, deverá ser demonstrado no pedido de parecer o cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no art.º 33.º da LOE2014 aplicável por força do art.º 73.º do mesmo diploma, juntando para tal elementos e cálculos relevantes.

No presente caso já se verificaram duas reduções remuneratórias e foram obtidos nos respetivos anos, os respetivos pareceres prévios. A saber:

- Contrato de 2010 a 2012 - valor por trabalhador - 30,81€,
- Contrato de 2013 a 2014- Valor por trabalhador – 29,95€
- Contrato de 2015 – Valor por trabalhador – 25,35€

Encontra-se assim demonstrado que não irá ser aplicada a redução remuneratória ao abrigo do n.º 10 do art.º 75.º da LOE 2015.

III – Da proposta em sentido estrito

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciado, considera-se que deverá o órgão executivo emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS DE SAUDE DO TRABALHO ", pelo valor de 8.112€, isento de iva, por se encontrarem reunidos, no caso individual e concreto, todos os requisitos previstos nos artigos 10.º e 32.º da Lei 35/2014 de 20 de junho e do artigo 75.º da LOE 2015.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável a este procedimento, de acordo com a presente informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9

12773/15 – REVISÃO DO PDM (PLANO DIRETOR MUNICIPAL) – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA

- Do Eng.º José Blazer, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação relativa à Constituição da Comissão Consultiva da Revisão do PDM (Plano Diretor Municipal):

«Na sequência da reunião realizada com a CCDR-LVT em 17 de dezembro de 2015, a fim de avaliar a proposta de composição da Comissão Consultiva apresentada pela CME, concluiu-se pela necessidade de aceitar a redução do número de entidades que compõem a Comissão, proposta pela CCDR, por forma a facilitar e agilizar os futuros trabalhos.

Assim, ficarão a fazer parte da comissão consultiva as seguintes entidades/serviços (composta por um representante de cada uma):

- Entidade responsável pela elaboração do plano;
- Assembleia Municipal:
- Município de Vila Nova da Barquinha;
- Município da Golegã;
- Município de Torres Novas;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- CCDR-LVT
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas;
- Agência Portuguesa do Ambiente, IP;
- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IP;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP;
- Instituto Nacional de Aviação Civil, IP;
- DGAIED – Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa do Ministério da Defesa Nacional;
- Infraestruturas de Portugal, SA;
- Administração Regional de Saúde, IP;
- Direção-Geral do Património Cultural.

Submete-se para decisão superior a confirmação das Entidades que deverão integrar a nova CC, para que seja emitido novo despacho constitutivo da mesma por parte da Presidente da CCDRLVT e posterior publicação em Diário da República.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aceitar a redução do número de entidades que compõem a Comissão Consultiva para a revisão do PDM.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

- A Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha, fez a intervenção que se encontra no anexo (9.1) da presente ata.

OBRAS MUNICIPAIS

PONTO 10

14804/15 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D'ANDRADE – CORREÇÃO DE DEFEITOS – ACIONAMENTO DA GARANTIA BANCÁRIA

- Da Eng.ª Civil, Patrícia Anacleto, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação, referente à empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”:

«Decorridos os prazos concedidos à empresa Alpeso, SA., adjudicatária da obra em título, para a correção dos defeitos da empreitada, verifica-se que apesar de terem sido corrigidas algumas situações, subsistem ainda parte dos defeitos identificados no auto de receção provisória parcial de 8 de junho de 2015, e várias situações identificadas no período após a vistoria, e até à data, comunicados por mail, telefone e observados no local em vistorias conjuntas com a firma.

A correção destes defeitos é totalmente imputável ao empreiteiro, que se encontra em processo de insolvência, tendo sido realizada uma estimativa orçamental dos trabalhos de correção de defeitos a realizar no valor de 64.100€, conforme mapa em anexo, pelo que se propõe o acionamento da garantia bancária da obra neste valor.»

- A Câmara, de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, acionar a garantia bancária.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PONTO 11

9820/15 - PROC.º DE OBRAS N.º 10/2015 – TAVARES & FILHOS, LDA – CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO – PROJETO DE ARQUITETURA

- Na sequência da deliberação de 03 de novembro findo, foi presente, de novo, o processo de obras número 10/2015, em nome de Tavares & Filhos, Lda., referente à construção de um edifício de habitação, na rua Forno do Grilo, nesta cidade, conforme o projeto de arquitetura que junta.

- O Arquiteto Silvino Santos, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, prestou a seguinte informação:

«Na sequência das diversas reuniões, vem o requerente apresentar uma proposta, que em resumo contempla a cedência de 1020 m2 para equipamento e zonas verdes, dando cumprimento ao estipulado em PDM. Quanto aos lugares de estacionamento, mantém-se a proposta do pagamento dos sete lugares em falta, no entanto foram criados mais sete lugares do lado do impasse da Rua Adelaide Cabete, mas que não poderão ser contabilizados. Quanto à execução dos acessos ao atual espaço verde, é garantido o acesso pedonal, e numa fase posterior e em conjunto com a restante área a edificar, proceder-se em conjunto com a Câmara ao estudo e execução da continuação do jardim público existente.

Concordo com a proposta apresentada, mas a Ex.ma Câmara deverá deliberar quanto à questão do pagamento dos lugares de estacionamento em falta.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer, com as seguintes condições:

- Criação de uma empena não cega na parte sul do prédio;

- Cedência 1020m2 para equipamento e zonas verdes sendo que uma parte dessa área consiste numa passagem de cerca de 6 metros entre a rua do Forno do Grilo e as traseiras do prédio;

- Pagamento de 7 lugares de estacionamento em falta no interior do lote;

- Construção de 7 lugares de estacionamento público.

Foram feitas as seguintes declarações de voto:

Da Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha:

«Mas que apenas, no sentido de que votei de acordo com a informação dos serviços e por parecer uma solução mais desejável, nesta altura, mas que em

situações futuras gostaria de ver salvaguardados os lugares de estacionamento efetivos, também de forma a dar qualidade de vida aos nossos cidadãos.»

Do Vereador Carlos Matias:

«Excepcionalmente, votei a favor porque embora não esteja garantido a totalidade dos lugares de estacionamento no interior do lote, resolve uma situação antiga e, globalmente, está assegurado um aumento equivalente dos lugares de estacionamento necessários.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ANEXOS

Ponto 2 (SGD 14829/15)

Anexo 2.1

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Votarei favoravelmente esta proposta. No entanto, quero deixar claro que dela não extraio qualquer avaliação sobre as minhas próprias intervenções, quer como deputado na Assembleia da República, quer como vereador, nesta Câmara.

Em primeiro lugar, porque não me ficariam bem juízos públicos em causa própria. Em segundo lugar, porque considero que, num e noutro lugar, não fiz mais do que a minha obrigação.

A meu ver, caso o governo venha a acatar a recomendação da Assembleia da República e a recuperação das concessões se concretize, tal dever-se-á, antes de mais, à luta dos ferroviários no ativo e reformados. Foram eles que sempre empurraram o processo para a frente, ao manterem a exigência de justiça e o cumprimento do que está contratualizado.

Espero agora que o governo do partido Socialista não defraude as enormes expectativas criadas. Esperemos que o governo não se deixe arrastar para uma qualquer atitude algo mesquinha de “cortar qualquer coisa”, para evitar supostos “exageros”.

O que há agora é de repor o que foi retirado. Sem mais --- que ninguém pede ---, nem menos --- que ninguém compreenderia.»

Intervenção da Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha:

«Acompanho o restante executivo municipal neste voto de congratulação e manifesto o desejo de que as recomendações ora aprovadas resultem, efetivamente, no seu cumprimento em sede de Lei do Orçamento para 2016, uma vez que a partir de 31 de dezembro de 2015 os condicionamentos da Lei do OE para 2015 deixam de ter efeito, pelo que as concessões são repostas.»

Ponto 3 (SGD 14805/15)

Anexo 3.1

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«A proposta para valorização das infraestruturas funda-se num exaustivo trabalho, muito bem elaborado e que queremos enaltecer.

Estou, portanto, de acordo com esta proposta.

Por outro lado, considero positiva a recuperação de verbas despendidas e referentes a despesas imputáveis à AdC e que não haviam sido atempadamente reclamadas --- como deveriam ter sido, mas não aconteceu.»

Ponto 4 (SGD 6111/15)**Anexo 4.1**

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Valorizo positivamente a proposta de manutenção da generalidade das taxas, para 2016. Assim como estou de acordo com a redução das taxas aplicáveis a esplanadas e outras ocupações do espaço público, mantendo-se obviamente a necessidade de licenciamento. A alusão a uma eventual isenção futura deste pagamento, mediante a elaboração de protocolos para a manutenção do espaço público circundante parece corresponder à ideia que várias vezes transmiti de que os proprietários das esplanadas poderiam assegurar a manutenção de alguns dispositivos e floreiras fornecidas pela CME, mediante contrapartidas. Estou, portanto, de acordo com a ideia e espero vê-la concretizada já no próximo ano.

Apresento, então uma proposta com uma alteração pontual. Como me parece exagerado o preço da taxa para distribuição de impressos publicitários, proponho a sua redução para metade.

DE acordo com o compromisso agora assumido, aguardo então o estudo que permita fundamentar uma proposta de alargamento do período de estacionamento gratuito no parque subterrâneo, para 45 minutos.»

Ponto 7 (SGD 14806/15)**Anexo 7.1**

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Abster-me-ei, viabilizando esta proposta, porque, discordando do PAEL, não concordo com o corte de 5% nas verbas atribuídas.

Apesar de tudo, compreendo que estas verbas são importantes para as associações e não será por nós que deixarão de as receber.»

Intervenção da Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha:

«Não se entendem as alterações introduzidas, face ao ano em curso, nomeadamente a redução significativa de apoios a algumas entidades com trabalho feito e os apoios a entidades cuja ação se desconhece.»

Ponto 9 (SGD 12773/15)**Anexo 9.1**

Intervenção da Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha:

«No passado e ao longo do tempo foram muitas as críticas ao processo de revisão do PDM. Passados 2 anos de exercício deste executivo estamos agora, e apenas agora, a constituir a comissão consultiva.»

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

- E eu, _____, Assistente Técnica na Secção da Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.